



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LUCAS CARVALHO CUNHA
MATRÍCULA Nº 2018.1.0021.0056-0

**A PARTICIPAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA
GERAÇÃO DE RENDA E EMPREGO EM GOIÁS NO PERÍODO DE
2017 A 2020**

GOIÂNIA
2022

LUCAS CARVALHO CUNHA
MATRÍCULA Nº 2018.1.0021.0056-0

**A PARTICIPAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA
GERAÇÃO DE RENDA E EMPREGO EM GOIÁS NO PERÍODO DE
2017 A 2020**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Pontifícia Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.
Orientador: Prof. Me. Mauro César de Paula

GOIÂNIA
2022

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LUCAS CARVALHO CUNHA
MATRÍCULA Nº 2018.1.0021.0056-0

**A PARTICIPAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA
GERAÇÃO DE RENDA E EMPREGO EM GOIÁS NO PERÍODO DE
2017 A 2020**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Me. Mauro César de Paula

Prof. Me. Gesmar José Vieira

Prof. Edilson Gonçalves de Aguiaris

Goiânia – GO, 2022

Data da Aprovação ____/____/____

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus primeiramente por ter me dado a oportunidade e força para chegar aonde estou atualmente, pois sem Ele não estaria aqui.

Agradeço à minha mãe e meu pai por sempre estarem do meu lado, ajudando-me com toda a sabedoria e paciência da qual eles têm.

Meus amigos também fazem parte dessa minha conquista, agradeço por cada momento especial que tivemos no meu processo de graduação.

Ao Prof. Me. Gesmar José Vieira por sempre ter sido a pessoa extremamente atenciosa e altruísta que me preparou e me acompanhou até o final.

Ao Prof. Me. Mauro César de Paula quero deixar um agradecimento especial por todo o carinho, incentivo e compreensão demonstrada no semestre como orientador e ser humano.

“Compare-se com quem você era ontem, e não com outra pessoa hoje.”
(Jordan B. Peterson)

RESUMO

Este trabalho busca analisar o mercado das Micro e Pequenas Empresas em Goiás. O objetivo geral é avaliar o impacto do emprego e renda gerados pelas micro e pequena empresa na economia goiana no período de 2017 a 2020. A análise partiu-se da acumulação de dados referentes a geração de renda e emprego em Goiás por Micro e Pequenas Empresas apresentando sua relevância para o Estado. A metodologia adotada classifica-se como bibliográfica e exploratória descritiva. Foi estipulado como hipótese que as Micro e Pequenas Empresas contam por uma parte substancial da geração de emprego e renda tornando-as fundamentais para a economia Goiana. Chegou-se à conclusão que as Micro e Pequenas Empresas por contribuírem na geração de emprego e conseqüentemente renda no estado de Goiás são fundamentais para a economia goiana.

Palavras-chaves: Goiás; Micro e Pequena Empresa; Emprego; Renda.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Bacen	Banco Central
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
Codefat	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMB	Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
MGE	Média e Grande Empresa
MPE	Micro e Pequena Empresa
Pasep	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PIB	Produto Interno Bruto
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SPETR	Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Saldos ajustados de empregos gerados entre janeiro a dezembro de 2019 por porte e setor no Estado de Goiás.....	30
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Variação Real do PIB por setores em Goiás e o total no Brasil em 2017 - 2020.	22
Tabela 2: Volume de produção de culturas em Goiás no período de 2017 - 2020....	24
Tabela 3: Variação percentual com o ano anterior da produção Industrial em Goiás de 2017 a 2020.	25
Tabela 4: Variação do volume de vendas no comércio varejista em Goiás de 2017 - 2020.	27
Tabela 5: Remuneração média dos empregados por porte dos estabelecimentos Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação 2018 (em R\$). Error! Bookmark not defined.	

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	14
2. HISTÓRICO E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO ESTADO DE GOIÁS	19
2.1 HISTÓRICO	19
2.2 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO ESTADO DE GOIÁS.....	21
2.3 PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB).....	21
2.4 AGROPECUÁRIA NOS ANOS DE 2017 A 2020.....	23
2.5 INDÚSTRIA NOS ANOS DE 2017 A 2020	25
2.6 SERVIÇOS NOS ANOS DE 2017 A 2020.....	27
3. A IMPORTÂNCIA DAS MPEs NA GERAÇÃO DE RENDA E EMPREGO EM GOIÁS.....	29
3.1 EMPREGO	29
3.2 RENDA.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33
ANEXO.....	37

INTRODUÇÃO

A definição e conceitos de emprego e renda são agentes fundamentais para a economia e para o desenvolvimento do pensamento econômico. Após a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929, o economista John Maynard Keynes formula uma teoria e escreve um livro em 1936, denominado “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”. O livro apresentava a teoria econômica como uma opção diferente do liberalismo que influenciou a crise da época, a teoria era focalizada na plena ação do Estado e como por suas políticas econômicas um país poderia atingir o pleno emprego e equilíbrio econômico.

Com a crise do Estado de Bem-estar mundial, o desemprego começou a ser observado como um princípio a ser controlado por medidas políticas. Nisso, o Brasil adotou através da constituição de 1988 medidas que se tornaram um dos principais instrumentos de controle para renda e desemprego.

No Brasil, nos anos 1960, 1970 e 1980 vivenciou-se um processo migratório da população, que deixam a zona rural em busca de oportunidades de emprego em grandes centros urbanos. Com esse aumento de massa de mão de obra pouco qualificada com a modernização de técnicas de produção existentes, os novos moradores ficaram desempregados afetando negativamente a economia do país. Por causa deste processo, foram necessárias a implantação de políticas de emprego.

A constituição de 1988 trouxe essas novas políticas, nela estão definidas as fontes que financiariam o seguro-desemprego e demais políticas similares, mais exatamente na seção das Disposições Constitucionais Gerais No artigo 239, estabeleceu-se o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), dando bases para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR) como este se apresenta hoje. A Lei 7998/90

trouxe a regulamentação de uma nova estrutura institucional de financiamento do seguro-desemprego, dando origem ao fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e seu Conselho Deliberativo (Codefat).

A partir da implantação da Constituição 1988 novas leis de amparo ao trabalhador começaram a surgir com mais frequência e classes que eram anteriormente desprovidas de apoio governamental puderam ter um apoio financeiro ou de emprego. Isso mostra que economias não podem desprezar a renda e emprego da sua população. O Serviço Brasileiro de Apoio às (Micro) e Pequenas Empresas (SEBRAE) trata-se de um órgão de fomento para a economia por apoiar as, micro e pequenas empresas de todo o Brasil com a criação, a expansão e a modernização dessas capacitando-as para cumprir com eficácia o seu papel no processo de desenvolvimento econômico e social.

As pequenas e médias empresas são responsáveis por uma grande parte do surgimento de renda e emprego no Brasil e em Goiás, de acordo com um estudo feito pelo SEBRAE e a Fundação Getúlio Vargas (2020) intitulado “Estudo sobre participação das (micro) e pequenas empresas na economia nacional e regional” as pequenas e médias empresas representam 30% do produto interno do Brasil (PIB). O estudo mostra que a evolução e a crescente importância das pequenas e médias empresas na geração de empregos e renda que vem desde 1985 quando as MPEs respondiam por apenas 21% do PIB. Conforme esse contexto, questiona-se: qual é a relevância de MPEs na geração de renda e emprego em Goiás em 2017 a 2020.

Em resposta a problemática apresentada, hipótese, trata-se de que as MPEs contam por uma parte substancial da geração de emprego e renda a que se tornam insubstituíveis na economia Goiana. Conforme o Anuário do trabalho nos pequenos negócios do SEBRAE (2016) em 2016, 99% dos estabelecimentos faziam parte das MPEs e eram responsáveis por mais da metade dos empregos com carteira de trabalho (54,5%) e pelo pagamento de 44% da massa de salários no país. O objetivo é avaliar o impacto do emprego e renda gerados pelas MPEs na economia goiana, trazendo especificamente dados referentes a geração de renda e emprego em Goiás por MPEs e apresentando sua relevância para o Estado.

Segundo o presidente do SEBRAE Carlos Melles (2020):

De 2006 a 2019, as, micro e pequenas empresas apresentaram um resultado positivo no saldo de geração de empregos formais, responsáveis pela criação de cerca de 13,5 milhões de vagas de trabalho. Como operam

com poucos funcionários, elas são menos propensas a demitir, em momentos de crise, contribuindo para reduzir os impactos sobre a economia. (SEBRAE, 2020).

Consoante o responsável pelo estudo da Fundação Getúlio Vargas Luiz Gustavo Barbosa (2020) as MPE são de extrema importância na geração de emprego e renda na economia do país, ele continua:

Sua característica natural é ocupar espaços em atividades que não se permite economia de escala e possuem alta intensidade de trabalho. Essa característica mostra a necessidade de ações rápidas e de alto impacto para manter os pequenos negócios erguidos e superar a crise. (FGV, 2020).

A metodologia adotada para o trabalho foi a bibliográfica. Inicialmente um levantamento bibliográfico foi feito sobre conceitos segundo o tema, foi posteriormente feita uma revisão bibliográfica desses conceitos para a fixação dos assuntos usados. Pode-se classificá-la, também, como exploratória descritiva, pois procura através dos dados do Ministério da Economia, Serviço Brasileiro de Apoio às (Micro) e pequenas empresas (SEBRAE) para analisar, classificar e interpretar qual seria o problema adotado na pesquisa.

Este trabalho será estruturado em três capítulos, o primeiro traz a revisão da literatura. O segundo capítulo apresenta os aspectos socioeconômicos de Goiás. Por fim, o terceiro capítulo analisa os resultados das MPEs na geração de renda e emprego no estado de Goiás.

1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Este capítulo pretende apresentar o surgimento, conceito, legislação e classificação das (micro) e pequenas empresas tendo por base as classificações do SEBRAE referente as receitas e a quantidade de colaboradores, enquanto o IBGE utiliza-se de tipologias diferentes do SEBRAE, que será tratado a seguir.

Micro e Pequenas Empresas não possuem um critério único universalmente aceito para defini-las, porém, exercem papel fundamental para as economias. Alguns indicativos são utilizados para a classificação das microempresas e empresa de pequeno porte na economia do Brasil, definido de duas maneiras por diferentes órgãos.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é um instituto público da administração federal brasileira, criado em 1934 cujo objetivo é realizar censos e organizar as informações para suprir órgãos das esferas governamentais de todos os níveis. Sua missão é de retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania.

O IBGE (2001) identifica as MPEs a partir das seguintes características: baixa intensidade de capital; altas taxas de natalidade e de mortalidade; demografia elevada; forte presença de proprietários, sócios e membros da família como mão-de-obra ocupada nos negócios; poder decisório centralizado; estreito vínculo entre os proprietários e as empresas, não se distinguindo, principalmente em termos contábeis e financeiros, pessoa física e jurídica; registros contábeis pouco adequados; contratação direta de mão-de-obra; utilização de mão-de-obra não qualificada ou semiquificada; baixo investimento em inovação tecnológica; maior dificuldade de acesso ao financiamento de capital de giro; e relação de complementaridade e subordinação com as empresas de grande porte.

Além das conceituações, existem leis que enquadraram as MPEs para fins de fiscalização. Dentro deste conceito legal MPEs são classificadas por sua receita bruta. Sob a ótica da lei complementar 123/2006, que ficou conhecida como Estatuto das (Micro) e Pequenas Empresas com a seguinte configuração:

Art. 3.º para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário; já o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), com estas devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I – No caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00. (BRASIL, 2002).

Observa-se que com as variadas definições advindas de órgãos institucionais ainda foi possível se chegar a um conceito legal para a definição de MPEs na economia brasileira, fator necessário para o desenvolvimento da atividade empreendedora facilitando a vida jurídica de empreendedores de micro e pequenos empreendimentos.

Portanto, mesmo antes de existir uma definição legal, empreendedores de MPEs conseguiram alavancar sua importância na economia com o surgimento de um novo modelo de produção industrial na década de 1970 no Japão, denominado Toyotismo. Procurava se reduzir custos e eliminar os desperdícios durante o processo produtivo, incitando o surgimento de pequenas empresas terceirizadas serem flexíveis e de rápida adaptação as demandas do mercado.

Historicamente o surgimento dessas pequenas empresas também vieram de uma necessidade de abastecer grandes polos econômicos por atividades terceirizadas. Para clarificar o surgimento de MPEs, no Brasil, foi necessário contextualizar a economia brasileira da época. O início da indústria brasileira pode ser apontado no litoral do estado de São Paulo no século XVI, mais precisamente nas cidades de São Vicente e Santos onde pequenas empresas cumpriam papéis importantes.

Devido ao fato da economia do açúcar ser apoiada e em parte abastecida pelas pequenas propriedades é possível apontar o litoral paulista como o local de origem da agricultura, da indústria e das pequenas empresas brasileiras. Os primeiros pequenos empresários brasileiros atuavam na agricultura, transporte, manufatura, serviços e comércio. Os pequenos

produtores não ficaram vivendo à margem e dependentes da grande empresa açucareira. Muito menos se dedicavam apenas às atividades secundárias e de suporte à grande empresa colonial. Na verdade, a pequena empresa participava diretamente da atividade econômica principal o que lhe conferia uma importância econômica enorme desde seu estágio embrionário. (SOUZA, MACHADO, OLIVEIRA, 2007, p. 11).

Após o surgimento da indústria açucareira no litoral sul do país a região consolidada para ser a zona produtora definitiva foi mais ao norte na “Zona da Mata”. A região que vai do atual estado da Bahia até a Paraíba foi escolhida por apresentar vantagens como: clima, fertilidade do solo e uma localização privilegiada sendo próxima aos portos que garantiam o desembarque de escravos e o escoamento da produção, resultando no começo da economia de “*plantation*” do Brasil colônia.

O “*plantation*” mais conhecido no Brasil como engenho, trazia grandes desafios no campo tecnológico, planejamento e de viabilidade financeira para os empresários portugueses, pois precisavam criar do nada estruturas para comportarem tudo e todos da operação. Com essa necessidade, grandes oportunidades para geração de renda e emprego foram criadas inserindo a colônia cada vez mais no comércio global de açúcar.

Segundo PRADO JR. (1945), necessita-se diferenciar os dois setores diferentes de produção na colônia. O primeiro era o dos produtos de exportação como a cana-de-açúcar, onde se encontra a exploração em larga escala, o segundo era o das atividades acessórias que eram compostas por pequenas unidades nas quais é o próprio proprietário que trabalha diversas formas de organização voltadas para o abastecimento das vilas que vão surgindo no litoral brasileiro.

Pequenos empreendimentos, como os de abastecimento de vilas, eram formados pelos próprios indígenas e começaram a produzir alimentos para trocar por objetos e mercadorias. Desse modo a economia colonial brasileira apresentava uma diversidade de produtos extraídos, cultivados e manufaturados, com a produção de alimentos, frutas, flores, especiarias e ervas voltadas ao mercado interno gerando uma vasta gama de pequenos negócios. Portanto, tal economia não poderia ser resumida em apenas unidimensional de exportação, mas como uma economia variada.

Tais oportunidades de empreendimentos em solo brasileiro vieram com a grande produção e exportação de açúcar vinda do Brasil colônia que trouxe muita lucratividade para a coroa portuguesa.

De acordo com CELSO FURTADO (2007), a rentabilidade do açúcar foi reduzida devido à perda de monopólio de mercado da coroa portuguesa para a implantação e desenvolvimento de uma indústria concorrente, de grande escala, na região do Caribe pelos holandeses. A perda do monopólio de exportação de açúcar fez com que o sistema entrasse em decadência, já que os empreendedores buscaram outros empreendimentos, agravando o impacto negativo para a colônia, pois o monopólio de exportação de açúcar era o principal articulador da economia.

No final do século XVIII o algodão impulsionou a produção agrícola nordestina e o desenvolvimento de inúmeros pequenos empreendimentos. Para substituir a decadente agricultura da cana-de-açúcar, o governo português procurou incentivar os pequenos agricultores e os pequenos produtores escravistas a migrarem da produção de alimentos para a cultura do algodão. A resposta foi positiva e imediata, revelando o desejo de inúmeros pequenos proprietários de se converterem em pequenos empresários. Surgiram, nessa nova onda de desenvolvimento, várias cidades onde o algodão era beneficiado, prensado e embarcado. (ANDRADE, 2002, p.106)

Mineração no Brasil colonial também foi outro empreendimento procurado por muitos, o investimento inicial era baixo e a potencial lucratividade era alta. Com isso houve uma grande procura por escravos para realizarem grande parte do trabalho, e existia uma prática.

De mineradores de concentrar o trabalho de seus escravos exclusivamente na busca por ouro e diamante, surgiu - nas Minas Gerais do Ciclo do Ouro - um grande mercado por alimentos. Da mesma forma, à medida que a economia e a população da colônia cresciam, aumentava a demanda por alimentos produzidos pelo sistema de roça e pela pecuária. Tratava-se de produtos como a mandioca, o milho, o açúcar, o trigo, o tabaco e o cacau. (LAPA, LINHARES, SANTOS, 2002).

Criando ainda mais espaço para empreendedores suprirem necessidades básicas com seus empreendimentos.

No início do século XIX, uma multidão de pequenos vendedores ofertava uma gama variada de produtos locais nas cidades brasileiras, como por exemplo, ervas, capins e flores. Eram comercializadas diversas frutas como abacaxi, açaí, araçá, banana, cajá, caju, goiaba, jabuticaba, jambo, laranja, lima, limão galego, mamão, manga, maracujá, melancia; pitanga, tamarindo

e tomate. Também eram vendidos alimentos processados como amendoim torrado, milho assado, pastéis, pipoca, amido, fubá, polvilho e angu. Muitos produtos agrícolas manufaturados eram comercializados por pequenos comerciantes como cestos, charutos, cola de sapateiro, guaraná, tabacos, bebidas, doces, bolos e quitutes. (AGASSIZ, 1869, DEBRET, 1834, D'ALINCOURT, 1825).

As pequenas empresas como apresentado teve um papel histórico fundamental para o Brasil e para o seu desenvolvimento. Desde o começo, na colônia foram estabelecidas pequenas indústrias de produção açucareira que posteriormente se tornam a principal atividade da colônia no século XVI, as pequenas empresas também costumavam abastecer grandes engenhos e centros urbanos com produtos que eles não poderiam produzir assim, criando uma dependência das grandes atividades econômicas se tornando insubstituíveis para a economia geralmente.

2. HISTÓRICO E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO ESTADO DE GOIÁS

2.1 HISTÓRICO

A descoberta, de ouro, no Brasil nos últimos anos do século XVII, fez com que a coroa portuguesa tornasse a sua extração a principal atividade econômica da colônia. Esses interesses eram justificados à mentalidade mercantilista que se apropriara das terras coloniais desde as primeiras extrações do pau-Brasil no início do processo. Todavia, o ouro, por muito tempo proporcionou riqueza aos seus exploradores, da colonização:

Podemos citar dois principais pontos que motivaram a expansão territorial brasileira ao centro-oeste, a procura por apropriação do ouro e a proibição de engenhos de açúcar. A busca pelo ouro acontecia com as capitânicas de minas em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso ato de extrema importância para a metrópole portuguesa que mantinha a colônia em um estado de especialização para a exportação, concentrando todo esforço na produção do ouro, proibindo ou dificultando outros ramos de produção. (BARBOSA e OLIVEIRA, 2019, p.702).

A produção de ouro em Goiás foi amplamente aceita como atividade principal e teve um crescimento constante de produção de ouro até o ano de 1753, após esse período BARBOSA e OLIVEIRA (2019) cita que a produção de ouro no estado começou apresentar níveis decrescentes até 1778, isso ocorreu devido à forma de extração e ao rendimento decrescente do escravo, fazendo com que a mineração se tornasse um empreendimento arriscado.

Com o negócio aurífero em crise e com a população do estado crescendo cada vez mais, atividades como a lavoura e pecuária surgiram como empreendimentos que tinham possibilidades de reverterem o papel complementar

na economia, para uma atividade essencial. Para desenvolver esta atividade essencial os migrantes, tiveram que se apropriar de terras aproveitando de leis fracas “a posse foi possível por uma brecha na legislação das sesmarias, pois, entre 1822 e 1850, o Brasil ficou sem uma legislação sobre as terras, o que facilitou esse processo”. (CASTRO *et al.*, 2004, p. 75).

Segundo Oliveira (2006), a posse da terra neste contexto representava a possibilidade de sustento, manutenção e continuidade da família remanescente da extração aurífera. Ainda que, conforme o autor, a exploração para fins lucrativos, encontrava-se restrita a algumas famílias durante o século XIX, localizadas na atual região sul de Goiás.

Por conta desta apropriação descontrolada o governo instituiu em 1850 a Lei de Terras, com vista a regular o acesso às terras e evitar a posse descontrolada. Na constituição de 1891 foi estabelecido que as terras públicas passariam a ser propriedade dos estados onde tivessem situadas e, assim, apropriadas pelos “coronéis”, que elegiam os deputados, senadores e governadores.

Surge então um processo em que a terra não estava disponível para todos, para Oliveira:

A posse da terra e de escravos passa a significar não apenas a estruturação da economia goiana, restrita a alguns proprietários, mas também a simbologia do poder que colocava em destaque a origem da família detentora. (OLIVEIRA, 2006, p. 78).

E lentamente foi sendo ocupada retirando o estado de Goiás de um isolamento geográfico regional.

Dentre os múltiplos fatores que podem ter contribuído para a valorização das terras no quartel do século XIX a construção da estrada do sul ou de São Paulo em 1870, que contribuiu significativamente para o crescimento do fluxo migratório para o sul do estado de Goiás. Conforme a análise de Oliveira:

o crescimento do comércio de terras deve ter provocado uma relativa valorização em Goiás, principalmente, na região sul e sudeste que eram regiões mais próximas aos terminais da estrada de Ferro Mogiana, onde se verificou um maior número de transações fundiárias entre os anos de 1850 a 1910 [...] as expectativas trazidas pela chegada da estrada de ferro no Triângulo mineiro e a possibilidade dos trilhos chegarem a Goiás, possivelmente contribuíram para estimular o aumento de investimentos na infraestrutura das fazendas. (OLIVEIRA, 2006, p. 78)

De acordo com Barbosa e Oliveira (2019), a ferrovia se tornou o principal meio de escoamento de bens, havia um grande fluxo de bem primários produzidos nas fazendas, para fora do estado e um influxo de bens manufaturados, ideias e valores culturais – como no caso da migração para o estado de Goiás – da sociedade moderna, sobretudo oriundos da região sudeste do País.

No caso da economia goiana, já estruturada nas bases produtivas da fazenda, insere-se na economia nacional por meio das exportações de gado e de produtos agrícolas, produzidas pelo Triângulo Mineiro, abonado pela sua posição geográfica privilegiada, pois servia de junção entre os estados de Mato Grosso, Goiás e São Paulo.

2.2 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO ESTADO DE GOIÁS

Goiás é um dos três estados brasileiros que compõem a região centro-oeste do país, ocupando uma área de 340.242 km², o sétimo maior Estado em extensão territorial. Possui 246 municípios e uma população de 7.206.589 habitantes de acordo com a estimativa de população residente do IBGE (2021).

2.3 PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

Produto Interno Bruto como definido pelo IBGE (2022) é a soma de todos os bens e serviços produzidos por um país, estado ou cidade em um ano. Para calcular o PIB traz-se necessário dados utilizados no balanço de pagamentos, gerado pelo Banco Central (BACEN); índices de preços ao consumidor amplo; assim como o de preços ao produtor amplo entre vários outros. Do desempenho do PIB, análises importantes podem ser feitas, como um exemplo: um país com o PIB crescente por vários anos, pode-se mostrar que a economia está aumentando sua atividade econômica e diversos órgãos desempenham a tarefa de cálculo do PIB, o principal órgão em Goiás, é o Instituto Mauro Borges.

O Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB) é um órgão responsável pela produção de pesquisas, sistematização dos aspectos socioeconômicos assim como o, geoprocessamento, geografia e avaliação de políticas públicas no Estado de Goiás. Periodicamente estudos que apresentam e analisam a economia goiana são publicados visando disseminar e compreender a dinâmica da economia goiana de uma maneira contextualizada.

O IMB, por uma publicação denominada “PIB Goiás – 4.º trimestre e fechamento” apresentam resultados do PIB de Goiás, com tabelas especificando a contribuição no PIB de setores como o de agropecuária, indústria e a de serviços para o PIB Goiano.

Tabela 1: Variação Real do PIB por setores em Goiás e o total no Brasil em 2017 - 2020.

Ano	Setor				
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Goiás	Brasil
2017	21,5	-1,4	-0,6	1,8	1
2018	-2,1	-0,4	1,5	0,6	1,1
2019	4,1	2,8	2,2	2,5	1,1
2020	9,4	2,5	-0,9	1	-4,1

Fonte: IBGE, IMB.
Elaboração: Própria.

A **Tabela 1** traz a variação real do PIB por setores de Goiás e o PIB total do Brasil entre os anos de 2017 e 2020. As atividades econômicas do estado apresentaram resultados mistos e o setor com a melhor desempenho foi o setor agropecuário que fechou o ano com um resultado positivo de 21,5 pontos percentuais. A indústria e o setor de serviços tiveram resultados negativos que ficaram abaixo da média, nacional no mesmo período -1,4 e -0,6 respectivamente.

Para o ano de 2018, a atividade econômica goiana apresentou uma movimentação positiva de 0,6% no PIB acumulado quando comparado ao Brasil Tabela 1. Este resultado apesar de positivo, os desempenhos negativos da indústria (-0,4%) e da Agropecuária (-2,1%) impedem a taxa de ser maior. O setor de Serviços foi a única atividade a registrar com resultado positivo (1,5%), devido aos bons indicadores observados no setor ao longo do ano.

Em 2019 Goiás, retoma suas atividades econômicas com números positivos em todos os setores. Seu PIB acumulado em 2019 teve um aumento de 1,9 pontos percentuais subindo para 2,5% ao final do ano. O setor agropecuário foi o principal

agente desse incremento, com um aumento de 6,2 pontos percentuais no PIB, passou de ser um dos setores com a menor contribuição no ano de 2018 (2,1%) para o setor mais produtivo do ano (4,1%). A indústria também apresentou fortes resultados tendo um aumento de 3,2 pontos percentuais no PIB acumulado e por fim, o setor de serviços trouxe um resultado maior com um aumento de 0,7 pontos percentuais.

Para 2020, um ano histórico para a humanidade devido à pandemia COVID-19, que forçou governos a tomarem providências únicas de “*lockdown*”, economias de todo o mundo sofreram baixas significantes e não deferiu para o Brasil. A taxa acumulada de PIB do estado de Goiás apresentou um recuo de 1,5 pontos percentuais. O setor de serviços foi o mais afetado com um recuo de 3,1%, políticas de “*lockdown*” afetaram especificamente sua principal fonte de renda, restringindo o tráfego de pessoas para comércios não essenciais. Outro setor que sofreu com a pandemia foi o da indústria, com uma redução de 0,3%. A Agropecuária contrariamente aos outros setores apresentou alta, com 9,4% um aumento total de 5,3 pontos percentuais.

2.4 AGROPECUÁRIA NOS ANOS DE 2017 A 2020

Usando como referência, as publicações do “Produção Agrícola Municipal” feitas pelo IBGE entre o período de 2017 a 2020, análises podem ser realizadas sobre o desempenho da economia do estado de Goiás.

A **Tabela 2** mostra os resultados do setor agropecuário de Goiás entre os anos de 2017 e 2020, os indicadores de 2017 podem ser explicados por alguns fatores. Por serem produtos agrícolas, efeitos sazonais tornam a produção muito inconsistente entre os produtos cultivados. O resultado de alguns produtos, se deu devido ao ganho de produtividade em culturas no período. De acordo com a estimativa do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/ IBGE), as maiores contribuições são geradas nas culturas da soja, do milho e da cana-de-açúcar. As culturas de cereais, legumes e oleaginosas também apresentaram fortes resultados quanto ao aumento no volume de produção.

Tabela 2: Volume de produção de culturas em Goiás no período de 2017 - 2020.

Culturas	Ano			
	2017	2018	2019	2020
Batata inglesa	224.665	215.210	218.084	183.104
Cana-de-açúcar	72.954.018	73.448.244	75.315.239	76.853.699
Tomate	1.262.701	1.334.500	1.126.095	1.059.871
Cereais, legumes e oleaginosas	22.674.321	21.876.177	24.165.328	26.053.814
Milho	9.894.061	9.055.346	11.979.032	11.597.256
Sorgo	777.451	912.920	1.110.706	1.153.724
Feijão	372.610	331.793	341.045	298.953
Soja	11.363.573	11.312.800	11.080.442	12.679.197
Arroz	125.457	117.909	165383	96316
Algodão herbáceo	101.276	100.874	182.928	165.744

Fonte: Produção Agrícola Municipal/2019 (PAM-IBGE) e Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - Posição Dez/2017, Dez/2019, Dez/2020 (LSPA-Elaboração: Própria.

No ano de 2018 o resultado acumulado do PIB produzido pelo setor agropecuário no estado de Goiás foi de -2,1 pontos percentuais com redução de 23,6 pontos percentuais. Como citado anteriormente, o setor agropecuário em sua totalidade sofreu muito com sazonalidade. Os ciclos de chuva impactaram na maioria as produções de milho e soja, que além de serem um dos principais produtos da produção goiana, seriam também uma das culturas que mais precisam do clima favorável para uma safra boa.

Além da soja e milho, outros produtos obtiveram resultados negativos com a quantidade de chuvas no ano de 2018, a produção de cereais caiu 798.144 toneladas, comparada ao ano anterior. Culturas como a de feijão, arroz, algodão e batata, tiveram resultados negativos no ano, comparados ao ano anterior. Commodities que notoriamente são mais resistentes e não dependem de chuvas como o sorgo, tomate e cana-de-açúcar conseguiram ter uma safra boa trazendo resultados positivos para o estado.

O ano de 2019 apresentou indicadores positivos para a agropecuária Goiana, o PIB acumulado saiu de -2,1 pontos percentuais no ano de 2018, que subiu 4,1 pontos, o que se deve ao fato da melhoria de produção e da produtividade de culturas como a do milho, com a produção 11.979.032 toneladas da cana-de-açúcar que aumentou sua produção em 1.866.995 toneladas e a cultura de cereais que aumentou sua produção em toneladas para um total de 24.165.328. Além dessas oscilações mais significativas, as culturas de batata, sorgo, feijão, arroz e algodão

tiveram aumentos de produção. Os únicos produtos que tiveram quedas de produção foram a soja e o tomate apresentando um retrocesso na produção de - 232.358 toneladas e -208.405 toneladas respectivamente.

A agropecuária em 2020, foi o setor que obteve o maior retorno em época de pandemia, mesmo com as severas restrições reforçadas pelo governo, algo fundamental para Goiás que é um estado que as tem como sua atividade principal. Culturas como a de cereais, cana-de-açúcar, soja e sorgo trouxeram resultados positivos no ano. Das culturas remanescentes todas tiveram baixas na sua produção entre elas estão as culturas de batata, tomate, milho, feijão arroz e por fim algodão.

2.5 INDÚSTRIA NOS ANOS DE 2017 A 2020

A **Tabela 3** apresenta dados da publicação do IBGE denominada “Pesquisa Industrial Mensal” entre o período de 2017 a 2020, que foram usadas para analisar o desempenho da indústria no estado de Goiás.

Tabela 3: Variação percentual com o ano anterior da produção Industrial em Goiás de 2017 a 2020.

Setor	Ano			
	2017	2018	2019	2020
Indústria geral	3,7	-4,5	2,9	0,1
Indústrias extrativas	1,4	-1,5	-2,5	-1,7
Indústria de transformação	3,8	-4,6	3,2	0,2
Fabricação de produtos alimentícios	2	-2,8	1,8	3,2
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	5,6	-7,9	6,4	-1,5
Fabricação de outros produtos químicos	-7,4	-7,9	6,7	5,3
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	26,9	-4,2	3,2	-2,7
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	-14,3	23,1	-0,8	2,8
Metalurgia	7,4	-0,5	-2,4	2,3
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	-9,1	-10,9	-4,8	-9,5
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	5,2	-29,2	19,2	-33,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física Dez/2017, Dez/2019, Dez/2020 (PIM-PF).

Elaboração: Própria

Conforme a publicação do IMB “PIB Goiás, o 4º trimestre de fechamento de 2017” (2018), a indústria de transformação e extrativa em Goiás cresceu em 1,4%, um resultado positivo pois demonstra a recuperação do setor que apresentou um resultado negativo de -12% no ano passado. O estudo continua:

As atividades da indústria que fecharam o ano com resultados positivos foram: Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos (26,9%), segmento que não foi tão afetado pela crise e foi impulsionado pela produção de medicamentos; Metalurgia (7,4%); a Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (5,6%), dado o aumento na produção de álcool etílico e biodiesel; a Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (5,2%), e a indústria extrativa (1,4%). O segmento de fabricação de produtos alimentícios fechou o ano com uma taxa de 2,0%, sendo a atividade de maior participação na indústria goiana. (IMB, 2018, p.3)

Diversas categorias se apresentaram em queda, na qual a indústria geral, indústria de transformação e a indústria de extrativos. O setor da indústria em 2018 apresentou um PIB acumulado de 0,4% negativo, saindo de 1,4% negativo e mostrando cada vez mais a contínua recuperação do setor nos anos. Destaca-se a indústria de Fabricação de produtos de minerais não-metálicos com um crescimento significativo que quando comparado ao ano anterior fica nos 23,1 pontos percentuais.

Em 2019 a recuperação do setor é ainda mais aparente, pois o resultado do PIB acumulado foi de 2,8 pontos percentuais saindo do resultado de 0,4 negativo no ano anterior. Houve fortes recuperações da indústria geral, que saiu de um resultado que quando comparado com o ano anterior passou de -4,5 pontos percentuais para 2,9 pontos percentuais. A indústria de transformação também trouxe resultados positivos, com uma variação de 8,2 pontos percentuais positivos, quando comparado ao ano anterior, que resultou na variação percentual acumulada de 3,2% positivo. O único setor que ficou negativo foram as indústrias extrativas com 2,5 pontos percentuais negativos.

O ano de 2020 apesar de apresentar um recuo do PIB acumulado, ainda foi um ano com resultados favoráveis, apesar das dificuldades. Como já mencionado, 2020 foi um ano bastante peculiar para o mundo e suas economias, e o Brasil resistiu bem e apresentou uma diminuição de apenas 1,5 pontos percentuais no PIB acumulado. As indústrias gerais e de transformação apresentaram oscilação de 0,1% e 0,2% positivos, respectivamente, apenas o setor industrial extrativo apresentou uma queda que foi de 1,7 pontos percentuais.

2.6 SERVIÇOS NOS ANOS DE 2017 A 2020

A **Tabela 4** registra informações do setor de serviço, que é representado pelo estudo do IBGE denominado “Pesquisa Mensal do Comércio” que tem como intuito “produzir indicadores que permitam acompanhar a evolução conjuntural do comércio varejista e de seus principais segmentos.” (IBGE, 2017, p.3). O que permite agrupar os resultados pertinentes e realizar análises a partir delas.

Tabela 4: Variação do volume de vendas no comércio varejista em Goiás de 2017 - 2020.

Segmento	Ano			
	2017	2018	2019	2020
Comércio Varejista Geral	-8,7	0,1	0,5	-2,1
Combustíveis e lubrificantes	-23,5	-8,5	-2,2	-8,4
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-11	-2,8	-3,4	-3,9
Hipermercados e supermercados	-10,8	-2,3	-3,5	-3,9
Tecidos, vestuário e calçados	-3,7	4,7	5,7	-20,6
Móveis e eletrodomésticos	5,1	5	0,4	17,6
Móveis	-8,7	3	10	7,2
Eletrodomésticos	8,3	6,1	-2,2	20,7
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	1,3	6,4	3,1	4,4
Livros, jornais, revistas e papelaria	-17,2	-28,3	-42	-30
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-22,3	-5,4	6,1	0,7
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-11,9	18,2	20,1	-5,2
Comércio varejista ampliado geral	-8,8	2,8	3,3	-2,3
Veículos, motocicletas, partes e peças	-14,6	11,8	9,4	-6,6
Material de construção	-7,6	-3,1	3,4	12,2

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio Física Dez/2017, Dez/2019, Dez/2020

Elaboração: Própria

Em 2017 o setor de serviços apresentou resultado negativo a partir do PIB acumulado, apresentando -0,6 pontos percentuais, mas que ainda é uma melhoria quando comparado com o ano de 2016 que teve um resultado de -2,9 pontos percentuais. Com este resultado destaca-se o segmento de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação que teve uma recuperação de 18,2% na variação do volume de vendas no comércio.

Em 2018 a evolução do setor de serviços foi ainda mais aparente, no PIB acumulado, que subiu de -0,6 pontos percentuais para 1,5 pontos percentuais, com uma variação de 1,9 pontos percentuais. Essa evolução se deve ao fato que os segmentos do comércio estão trazendo resultados bastantes positivos, o comércio varejista geral passou de um resultado de 8,7 pontos percentuais negativos para 0,1 pontos percentuais positivos. Segmentos como o de veículos, motocicletas, partes e

peças, outros artigos de uso pessoal e doméstico gozaram de resultados consideráveis. Da mesma forma, 2019 foi, segundo o IMB um ano de bons resultados:

Em 2019, segmentos de grande relevância para o comércio local ainda apresentaram quedas significativas, entre eles o segmento de combustíveis e lubrificantes (-2,2%) hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-3,4%) e livros, jornais, revistas e papelaria (-42,0%). Cabe destacar a recuperação do segmento de material de construção, que acumulou um crescimento de 3,4% em 2019 e interrompeu uma sequência de três anos consecutivos de queda. (IMB, 2020, p.3)

O ano de 2020 se apresentou como ano de dificuldade para o setor de serviços, o sistema de prevenção de perpetuação da COVID-19, através do “*lockdown*”, afetou sistematicamente o setor que dependia de pessoas. Contudo, o setor mostrou uma resiliência considerável, a queda que já era esperada não foi tão significativa. O setor apresentou uma queda no PIB acumulado de apenas 1,4 pontos percentuais. O motivo desse pequeno recuo, se deu em razão da necessidade de adequação ao modelo de home office, além do aumento do cuidado com a saúde bem e por final a implementação ao nível nacional do auxílio emergencial para os trabalhadores autônomos e informais.

3. A IMPORTÂNCIA DAS MPEs NA GERAÇÃO DE RENDA E EMPREGO EM GOIÁS

Este capítulo mostra a importância das micro e pequenas empresas para a geração de renda e emprego em Goiás no período de 2017 a 2020.

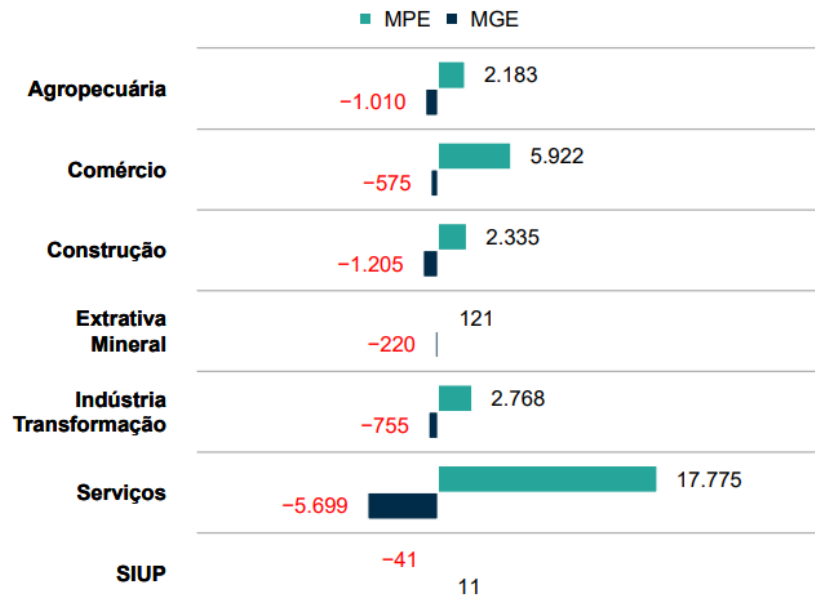
3.1 EMPREGO

Conforme o estudo sobre a “Participação de micro e pequenas empresas na economia nacional” produzido pelo SEBRAE em 2020, as MPEs são responsáveis por 51% do emprego gerado em âmbito nacional. Com uma grande parte de empregos novos vindos do setor de comércio, outras atividades de serviços e com um papel relevante também na indústria de transformação.

Outra pesquisa que pontua a importância das MPEs na geração de emprego é o “Levantamento abertura de empresas e análise do CAGED” (2021), que nota que o crescimento das (micro) e pequenas empresas puxam a oferta de empregos criados. Advindos de MPEs um total de 1,1 milhão de novas ofertas de trabalho no período entre janeiro e junho de 2021 foram criadas, é bom ressaltar que este dado é comparado com a geração de emprego vindos de médias e grandes empresas e as de administração pública que geraram 344 mil e 16 mil novos empregos respectivamente.

O Centro-Oeste lidera o ranking de saldos gerados por regiões, com o saldo de 1 mil empregos gerados por pequenos negócios. No gráfico a seguir mostra os saldos ajustado de empregos gerados entre janeiro e dezembro de 2019, por porte e setor no estado de Goiás.

Gráfico 1: Saldos ajustados de empregos gerados entre janeiro a dezembro de 2019 por porte e setor no Estado de Goiás



Fonte: SEBRAE - Análise do CAGED (2019)

O **Gráfico 01** mostra que as MPEs geram muito mais empregos para o estado de Goiás do que empresas de médio e grande porte.

Outro dado muito importante foi a contratação de trabalhadores de primeiro emprego. Pequenas e médias empresas podem ser caracterizadas como a “porta de entrada” para trabalhadores que ingressam no mercado pela primeira vez. O relatório do CAGED (2018) “Primeiro emprego nos pequenos negócios” informou que em 2017 Goiás foi o estado que mais empregou trabalhadores em seu primeiro emprego, contratando um total de 32 mil funcionários, com 18 mil do sexo masculino e 14 mil do sexo feminino. O estudo também concretiza que:

Além de representarem 99% do total de estabelecimentos formais privados do país e responderem por 54,5% do estoque de emprego existente nesses estabelecimentos (RAIS, 2016), pelo presente estudo, podemos constatar também que os pequenos negócios foram, em 2017, o segmento que mais contribuiu com o “primeiro emprego”, ou seja, que deu mais oportunidades de empregos para os que ingressaram no mercado de trabalho pela primeira vez, no ano passado. (CAGED, 2018, p.22)

Com todas as informações apresentadas, pode-se concluir que por representarem uma grande porção da oferta de trabalho atual no estado de Goiás as MPEs são fundamentais para a economia por sua capacidade de gerar emprego (e subsequentemente renda) tanto para o colaborador novo até o mais experiente.

3.2 RENDA

A renda é a soma das remunerações desses diversos fatores de produção (salários, lucros, juros e aluguéis). A renda da economia é a soma das rendas associadas a todos os bens e serviços gerados em determinado ano. De acordo com uma tabela exposta no “Anuário do trabalho nos pequenos negócios” (SEBRAE, 2020) a remuneração média dos empregados por porte dos estabelecimentos em Goiás apresenta um resultado muito positivo para o argumento da importância de MPEs na economia goiana. A tabela 5 traz a remuneração alta ficando acima da média de alguns outros estados. Isso mostra que a renda gerada pelas MPEs é fundamental para a atividade econômica geral no estado.

TABELA 5 - Remuneração média dos empregados por porte dos estabelecimentos Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação 2018 (em

Brasil, Grandes Regiões e Ufs	MPE			MGE			Total
	Micro	Pequena	Total	Média	Grande	Total	
Norte	1.449	1.802	1.640	2.161	2.261	2.230	1.910
Rondônia	1.455	1.835	1.642	2.100	2.099	2.099	1.789
Acre	1.332	1.676	1.511	1.820	1.659	1.713	1.588
Amazonas	1.525	1.890	1.754	2.306	2.411	2.377	2.121
Roraima	1.348	1.636	1.498	1.793	1.857	1.834	1.629
Pará	1.449	1.767	1.625	2.163	2.286	2.253	1.929
Amapá	1.369	1.603	1.495	1.866	2.049	1.979	1.700
Tocantins	1.452	1.899	1.651	2.125	2.157	2.145	1.801
Nordeste	1.324	1.642	1.492	1.997	1.927	1.947	1.701
Maranhão	1.319	1.615	1.474	2.003	2.096	2.068	1.738
Piauí	1.241	1.457	1.348	1.703	1.726	1.719	1.498
Ceará	1.283	1.542	1.425	1.792	1.861	1.842	1.636
R. Grande do Norte	1.296	1.595	1.452	1.776	1.663	1.692	1.558
Paraíba	1.285	1.589	1.442	1.755	1.797	1.784	1.587
Pernambuco	1.378	1.723	1.568	2.088	1.918	1.964	1.761
Alagoas	1.261	1.520	1.400	1.865	1.684	1.733	1.561
Sergipe	1.302	1.561	1.436	1.861	1.778	1.802	1.605
Bahia	1.361	1.749	1.558	2.277	2.157	2.192	1.834
Sudeste	1.763	2.311	2.061	3.054	3.410	3.305	2.663
Minas Gerais	1.440	1.854	1.641	2.311	2.656	2.538	2.003
Espírito Santo	1.545	1.930	1.740	2.269	2.602	2.493	2.044
Rio de Janeiro	1.705	2.122	1.953	2.996	3.199	3.144	2.542
São Paulo	1.950	2.555	2.287	3.347	3.684	3.588	2.954
Sul	1.819	2.271	2.046	2.656	2.673	2.666	2.300
Paraná	1.790	2.232	2.012	2.646	2.680	2.669	2.287
Santa Catarina	1.860	2.270	2.066	2.605	2.556	2.574	2.278
Rio Grande do Sul	1.814	2.312	2.064	2.706	2.776	2.748	2.331
Centro-Oeste	1.610	2.071	1.839	2.311	2.403	2.375	2.056
M. Grosso do Sul	1.607	2.063	1.820	2.199	2.291	2.260	1.984
Mato Grosso	1.721	2.218	1.974	2.483	2.406	2.433	2.134
Goiás	1.556	1.999	1.766	2.258	2.289	2.278	1.966
Distrito Federal	1.583	2.023	1.827	2.316	2.582	2.525	2.185
Brasil	1.675	2.151	1.927	2.718	2.920	2.858	2.353

Fonte: Ministério da Economia, Rais

Elaboração: SEBRAE e DIEESE

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho estipulou-se como tema “A participação das (Micro) e Pequenas Empresas na geração de renda e emprego em Goiás, no período de 2017 a 2020”.

Iniciou-se explicando o surgimento, conceito, legislação e classificação das (micro) e pequenas empresas, utilizando-se como referencial teórico as principais instituições de estatística e dados coesos ao tema. Além disso, buscou-se compreender os aspectos históricos sobre a origem das MPEs, bem como suas características gerais e seu mercado.

Tomou-se como hipótese que as MPEs contam por uma parte substancial da geração de emprego e renda tornando-as fundamentais para a economia Goiana.

O objetivo foi avaliar o impacto do emprego e renda gerados pelas MPEs na economia goiana, trazendo especificamente dados referentes a geração de renda e emprego em Goiás por MPEs e apresentando sua relevância para o Estado.

A evidência que as pequenas e médias empresas são importantes para a economia goiana está principalmente na composição de novo empregos gerados no estado. Conforme o subcapítulo 3.1, pequenas e médias empresas do estado de Goiás não só geram mais empregos que empresas de grande porte, como também empregam mais pessoas e oferecem mais o primeiro emprego para a população.

Portanto, convertendo os trabalhadores desocupados para trabalhadores ocupados gerando renda e consumindo no mercado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGASSIZ, Jean Louis Rodolph e AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil: 1865/1866**. 1ª edição de 1869. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

ANDRADE, Manuel Correia. **A Pecuária e a Produção de Alimentos no Período Colonial**. In: SZMNECSANYI, Tamás (Org.). História Econômica do Período Colonial. São Paulo: Hucitec, 2002, v., p. 99-108.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990. **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**. Vol. XXVII, p.11-25, setembro, 2013. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4265/426539991002.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2022.

BARBOSA, Romero R; OLIVEIRA, Rozângela A. DO ESCAMBO PARA A SOBREVIVÊNCIA À ACUMULAÇÃO CAPITALISTA: A TRAJETÓRIA ECONÔMICA DE GOIÁS ENTRE OS SÉCULOS XVIII E XX. **Revista Ciência Geográfica**, 2019. Disponível em: <[Revista_AGB_XXIII-2.indb \(agbbauru.org.br\)](#)>. Acesso em: 25 maio 2022.

BRASIL, Código Civil (2002), ART. 966. **Lei n º10406**. Disponível em: <http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/leis/lei123_2006.htm>. Acesso em: 20 maio 2022.

CASTRO, J. A. et al. **O estado e a apropriação do território de Goiás**. O espaço goiano: abordagens geográficas. Goiânia: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2004.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA. **Caderno de caracterização estado de Goiás**. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.codevasf.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/biblioteca-geraldo-rocha/publicacoes/outras-publicacoes/caderno-de-caracterizacao-estado-de-goias.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2022.

D'ALINCOURT, Luís. **Memória Sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá**. Primeira edição de 1825. Brasília/DF: Edições do Senado Federal, volume 69, 2006.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. Primeira edição de 1834. São Paulo: Círculo do Livro, (s/d).

FURTADO, Celso (2007). **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **As micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil 2001**. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1898.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2022.

_____. **Pesquisa Mensal de Comércio Física**. São Paulo, 2016 – 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7230>>. Acesso em: 05 abr. 2022.

_____. **Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física**. São Paulo, 2016 – 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7228>>. Acesso em: 06 abr. 2022.

_____. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola**. São Paulo, 2016 – 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/8/lspa_prog_2017_dez_supl.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2022.

_____. **Estudo sobre a participação de micro e pequenas empresas na economia**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2020/04/Relat%C3%B3rio-Participa%C3%A7%C3%A3o-mpe-pib-UF2_compressed.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2022.

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Produto Interno Bruto do Estado de Goiás 2019**. Goiânia, 2021. Disponível em: <<https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/pib-goias/pibgo2019.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2022.

_____. **Relatório Conjuntural Economia Goiânia 2021**. Goiânia, 2022. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2022/Relatorio_Conjuntural_Economia_Goiana_2021.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2022.

_____. **Sobre Goiás**. Disponível em: <Sobre Goiás - IMB>. Acesso em: 25 maio 2022.

LAPA, Jose Roberto do Amaral. O Interior da Estrutura. In: SZMNECSANYI, Tamás (Org.). **História Econômica do Período Colonial**. São Paulo: Hucitec, 2002, v., p. 163- 171.

OLIVEIRA, H. A. **A construção da riqueza no sul de Goiás: 1835-1910**. 2006. Tese (Doutorado em História). - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca – SP, 2006.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. 1a edição de 1945. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA. **Plano plurianual**. Goiânia, 2020. Disponível em: <<https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v1/arquivos/8764>>. Acesso em: 10 maio 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO. **Radiografia do Agro**. Goiânia, 2020. Disponível em: <<https://www.agricultura.go.gov.br/files/agro-em-goias/portugues-radiografia-2021.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2022.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, **Primeiro emprego nos pequenos negócios – 2017**. São Paulo 2018. Disponível em: <<https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2018/07/Relat%C3%B3rio-do-CAGED-Primeiro-emprego-nos-pequenos-neg%C3%B3cios-2017.pdf>>. Acesso em 18 maio 2022.

_____. **Anuário do Trabalho nos Pequenos Negócios 2018**. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/anuario/2018/anuarioPequenoNegocio2018.pdf>>. Acesso em 18 maio 2022.

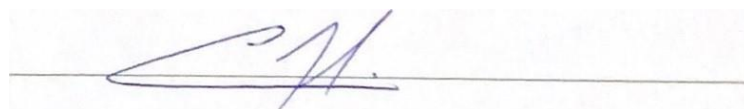
_____. **ATUALIZAÇÃO DE ESTUDO SOBRE PARTICIPAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA ECONOMIA NACIONAL**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2022/02/Relat%C3%B3rio-Participa%C3%A7%C3%A3o-mpe-pib-Na_11022022.pdf>. Acesso em 18 maio 2022.

SOUZA, Jose Henrique de; MACHADO, Lindinalva Candida; OLIVEIRA, Cilene Aparecida Silva de. AS ORIGENS DA PEQUENA EMPRESA NO BRASIL. **REVISTA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 54-65, jan. 2011. ISSN 1982-2537. Disponível em: <<https://www.cc.faccamp.br/ojs-2.4.8-2/index.php/RMPE/article/view/18>>. Acesso em: 27 maio 2022.

ANEXO**DECLARAÇÃO DE APTIDÃO DO TCC**

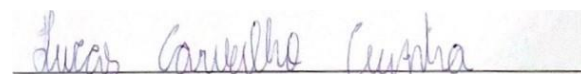
Declaro, para os devidos fins, que o (a) estudante Lucas Carvalho Cunha, matrícula 2018.1 0021.0056-0 do Curso Ciências Econômicas no turno noturno da Escola de Direito, Negócios e Comunicação ESTÁ APTO, a apresentar e submeter seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conforme disposto no Regulamento Geral dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação (TCC) em banca para avaliação.

Goiânia, 03 de junho de 2022



Ms. Mauro César de Paula

Professor/Orientador



Lucas Carvalho Cunha

Estudante/Acadêmico

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O estudante Lucas Carvalho Cunha, do Curso de Ciências Económicas, matrícula 2018.1.0021.0056-0 telefone (62) 9930 2858, e-mail: lucasccunha1@outlook.com, 9.610,98 (Lei dos Direitos do autor). autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: **A participação das Micro e Pequenas Empresas na geração de renda e emprego em Goiás, no período de 2017 a 2020** gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF): Imagem (GIF ou JPEG): Som (WAVE, MPEG, AIFF, SNS); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área: para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 13 de junho de 2022.

Assinatura do(s): autor(es):



Lucas Carvalho Cunha

Assinatura do professor- Orientador

Mauro César de Paula, Ms.

